

**COMPANHIA CELG DE
PARTICIPAÇÕES -
CELGPAR
CNPJ 08.560.444/0001-93
CAPITAL ABERTO**

**Relatório da Administração
Exercício findo em
31 de dezembro de 2022**

APRESENTAÇÃO

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Celg de Participações (“CELGPAR” ou “Companhia”) apresenta o Relatório Anual da Administração do Exercício Social de 2022.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com referência ao cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira e normas contábeis internacionais (IFRS), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (IASB).

Ao longo deste relatório abordaremos as ações realizadas e resultados alcançados no ano, bem como apresentaremos as prioridades estratégicas da Companhia.

Em caso de dúvidas, sugestões ou esclarecimentos sobre o conteúdo abordado no Relatório de Administração, a CELGPAR apresenta o canal de contato Fale Conosco que fica disponibilizado no site: <https://celgpar.com/Acesso.aspx>

Os demais relatórios publicados pela CELGPAR podem ser acessados no site: **Informação > Prestação de Contas > Demonstrações Contábeis**

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Submetemos à apreciação dos senhores acionistas o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Celg de Participações – CELGPAR (“CELGPAR” ou “Companhia”), acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário e Parecer do Conselho Fiscal, bem como as Declarações dos Diretores que reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, conforme disposto no art. 27º, § 1º, incisos I, II, III, V, VI e VIII da Resolução CVM Nº. 80, de 29 de março de 2022, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Informamos que as Demonstrações Financeiras apresentadas estão em conformidade com os padrões estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, chamados de *International Financial Reporting Standards* – IFRS, e por sua vez, em conformidade com os normativos formulados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A CELGPAR, tendo o Estado de Goiás como seu principal controlador, jurisdicionada à Secretaria-Geral de Governo - SGG, foi constituída em 4 de dezembro de 2006, proveniente da segregação de ativos da Companhia Energética de Goiás, sendo criada por Escritura Pública, conforme autorização concedida pela Lei Estadual nº 15.714 de 28 de junho de 2006. A CELGPAR é uma Companhia por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização de energia elétrica.

A *holding* detinha, ao final do exercício social de 2022, a participação acionária em 6 (seis) empresas (coligadas e/ou controladas em conjunto) em fase operacional e 1 (uma) em fase pré-operacional, participações estas provenientes do processo de cisão parcial da sua anterior subsidiária integral.

As principais realizações ocorridas no ano de 2022 foram as seguintes, que culminaram com a concretização das seguintes ações:

- a. Liquidação do leilão de desestatização da sua anterior subsidiária integral Celg Transmissão S.A. - Celg T no dia 07 de fevereiro de 2022, que culminou com a transferência efetiva do controle acionário desta subsidiária para a empresa vencedora do certame;
- b. Restituição dos valores aos acionistas, oriundos da liquidação do leilão de desestatização da anterior subsidiária integral, por meio de duas operações distintas: pagamento de dividendos intermediários e redução de capital;
- c. Reestruturação organizacional da CELGPAR, objetivando a sua adequação à condição de Concessionária do Serviço Público de Energia Elétrica, com a concepção do seu Planejamento Estratégico para o quinquênio 2023-2027; e

- d. Atuação da Administração na elaboração do Plano de Negócios de 2023, com foco na equalização do seu equilíbrio operacional e resultados em patamares similares aos do exercício social anterior e captura de novas fontes de Receitas Operacionais, bem como na sua sustentabilidade e rentabilização de seus ativos.

Por todos estes aspectos, e considerando os desafios a serem trilhados nos próximos exercícios sociais, a administração da CELGPAR agradece a colaboração de seus empregados, clientes, fornecedores, acionistas e sociedade, em especial o apoio recebido pelo acionista majoritário, na pessoa do Governador Ronaldo Ramos Caiado.

José Fernando Navarrete Pena
Presidente

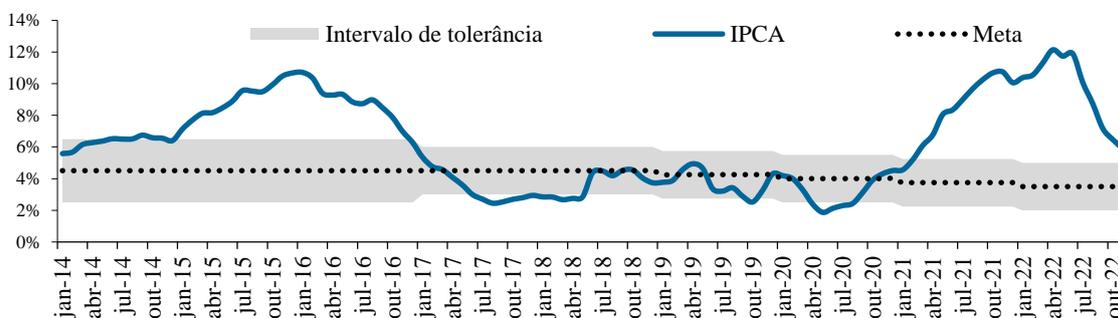
1. CONJUNTURA MACROECONÔMICA E ASPECTOS REGULATÓRIOS

i. ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS

O ano de 2022 foi marcado por medidas restritivas da política monetária e expansionistas da política fiscal na economia brasileira com a finalidade de diminuir os efeitos adversos da COVID-19, guerra na Ucrânia, choque no preço do petróleo, o moderado desempenho das principais economias globais. Além disso, no final do ano, ocorreu a eleição presidencial em que o candidato Luis Inácio Lula da Silva sagrou-se o presidente e voltou a governar o Brasil pelo 3º mandato (2002-2010 e 2023-2026).

Em relação ao contexto adverso da economia, a política monetária buscou antecipar estes eventuais choques na economia brasileira e praticando sucessivas altas da taxa de juros básica na economia saltando de 9,25% para 13,75% ao final do ano, um aumento de 450 pontos base no referido exercício buscando e objetivando, dentre outros, controlar a inflação que apresentava um viés de alta que acabou finalizando em 5,79% acima da sua meta, como segue no Gráfico 1.

Gráfico 1– Meta de Inflação Anual, Intervalo de Tolerância e IPCA/IBGE

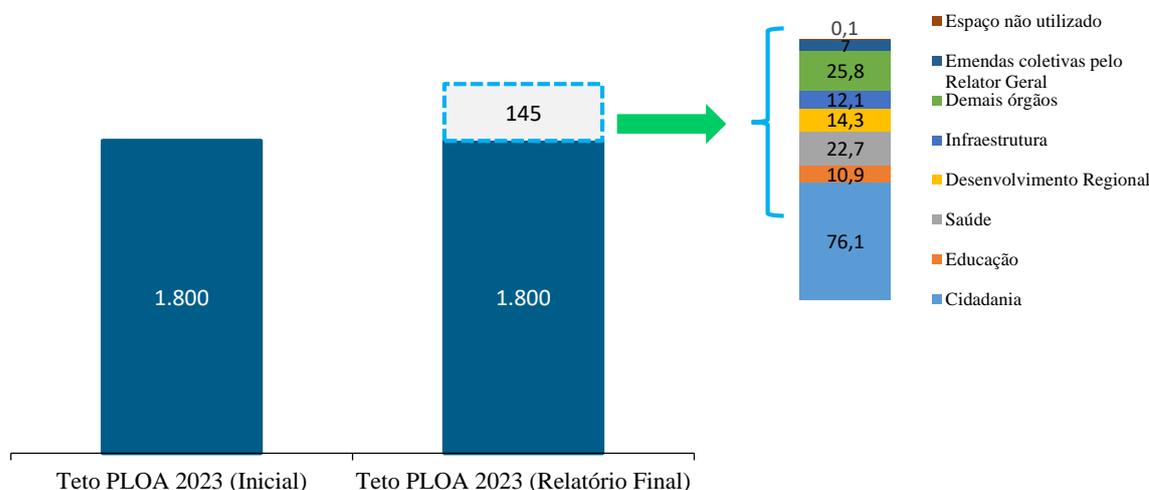


Destaca-se que a estratégia adotada pelo Banco Central - BACEN por manter a taxa de juros no patamar de 13,75% também buscava acompanhar o desenvolvimento da conjuntura fiscal e seus impactos sobre o nível de preços.

Em relação aos resultados fiscais no exercício de 2022, o governo brasileiro apresentou uma dívida bruta na ordem de 74,5% do PIB, acumulando uma queda de 3,8 pontos percentuais do PIB em 2022. Entretanto, a PEC nº 32/2022, “PEC da Transição”, permitiu a ampliação de gastos na ordem de R\$ 169,1 bilhões, correspondente a R\$ 24,1 bilhões retirados do teto de gastos e o acréscimo de R\$ 145 bilhões direcionados para políticas sociais de cidadania, educação, saúde e investimentos em desenvolvimento

regional e infraestrutura, como estavam previstos nos compromissos de campanha do governo eleito. O Gráfico 2 mostra o impacto da ampliação do limite do Teto de Gastos.

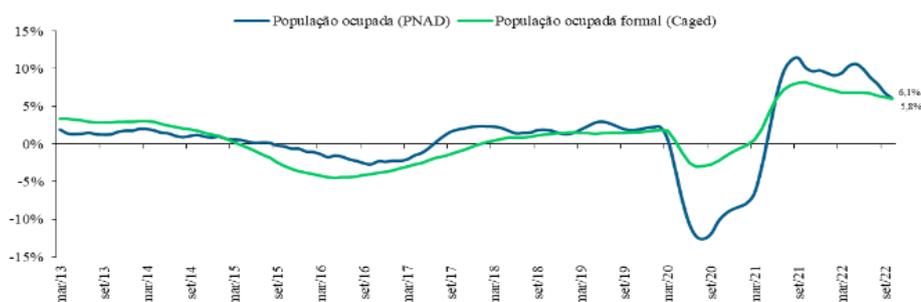
Gráfico 2– Teto de Gastos e Abertura da Ampliação do Limite (R\$ Bilhões)



Face ao cenário de inflação acima da sua meta e ampliação do teto de gastos governamentais, as principais autoridades em economia no Brasil preocupam-se com a falta de ancoragem das expectativas, a convergência para estabilizar a economia e a necessidade de se ter sustentabilidade das contas públicas no médio prazo. Espera-se para o ano de 2023 um déficit fiscal entre 0,5% a 1,0% do PIB.

Em relação ao mercado de trabalho no exercício de 2022, houve desaceleração tanto do ritmo de ocupação da força de trabalho (PNAD), quanto da geração de empregos (CAGED) que vinha apresentando uma recuperação pós-COVID desde maio/2021, representando uma taxa acumulada de 12 meses de 210% e 142,25%, respectivamente. Conforme demonstrado, o nível de crescimento no 3º Trimestre de 2022 da ocupação de trabalho apresentou o ritmo de 6,1% no trimestre encerrado e o estoque de trabalhadores formais subiu 5,8% como segue no Gráfico 3:

Gráfico 3– População Ocupada (Variação Interanual)



Como pode-se observar, os efeitos da desaceleração da atividade econômica em 2022 repercutiram no declínio de 2,1 pontos percentuais do PIB de 2,9% no encerramento de 2023, face ao percentual de 5% do ano antecedente, em decorrência do menor nível de absorção interna (consumo da família, consumo do governo e investimentos), como segue demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1 – Previsão de Crescimento do PIB (%)

Composição do PIB (%)	2021^(a)	2022^(a)
PIB e componentes (variação real)	5,0%	2,9%
Consumo das famílias	3,7%	4,3%
Consumo do Governo	3,5%	1,5%
Formação Bruta de Capital Fixo	16,5%	0,9%
Exportação	5,9%	5,5%
Importação	12,0%	0,8%

Fonte: ^(a) IBGE

É importante destacar que o resultado do PIB de 2022 correspondente a 2,9% está vinculado ao efeito de revisão da série histórica das Contas Nacionais elaboradas pelo IBGE. Os efeitos desse baixo crescimento decorrem ainda pela manutenção de elevada taxa de juros básica, a reticência do mercado em relação à agenda do governo para com o compromisso da política fiscal, e ao instável ritmo de crescimento da economia internacional.

ii. ASPECTOS SETORIAIS

No cenário regulatório, as principais discussões ocorridas ao longo de 2022 foram:

a) Marco Legal da Geração Distribuída

Em 7 de janeiro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.300 que constituiu o marco legal de Mini e Microgeração Distribuída (MMGD). Na referida fundamentação foi estabelecido que as unidades detentoras de MMGD e aquelas com adesão em até 12 meses após a publicação da Lei, permanecerão com o benefício atual até dezembro/2045. Já os consumidores com adesão após 12 meses, há previsão de regras de transição com cobranças parciais progressivas que serão complementadas através da subvenção de recurso da CDE até 2029, cuja cobrança ocorrerá de forma integral, com o objetivo de remunerar a TUSD Fio B, o que foi regulamentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL apenas em 2023, através da REN 1.059/2023.

b) Regulamentação da Geração Offshore

Em 25 de janeiro de 2022, foi publicado o Decreto nº 10.946/2022, relativo à cessão de uso de espaços físicos e o aproveitamento dos recursos naturais em águas interiores de domínio da União, no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental para fins de geração de energia através de empreendimento *offshore*. Para efetuar a exploração da geração *offshore* será necessário a autorização do Ministério de Minas e Energia (MME), através da celebração de contrato de cessão de uso, que tem a possibilidade de ser onerosa caso a finalidade seja para exploração de central geradora de energia, e não onerosa se o propósito for para a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

c) Taxa Regulatória de Remuneração de Capital

Em 23 de fevereiro de 2022 a ANEEL, através do Despacho nº 544/2022, publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de Geração, Transmissão e Distribuição, aplicadas aos processos que foram instruídos entre março/2022 a fevereiro/2023. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às distribuidoras no período foi de 7,15%, face ao percentual de 7,02% em 2021, enquanto que para as transmissoras e usinas hidrelétricas enquadradas no regime de cotas foi 6,93%, em relação a 6,76% em 2021.

d) Portaria nº 633/GM/MME – Revisão Ordinária de Garantia Física com Despacho Centralizado das UHE no Sistema Interligado Nacional

Em 25 de março de 2022, o Ministério de Minas Energia abriu participação pública para discutir a metodologia e a base de dados a serem empregados na Revisão Ordinária dos Montantes de Garantia Física das Usinas Hidrelétricas despachadas de forma centralizada no SIN, com vistas ao fortalecimento e segurança do atendimento e às operações de comercialização de energia elétrica e, dessa forma, preservar a estabilidade de regras, confiança do investimento privado, respeito aos contratos, segurança jurídica e regulatória e propiciar redução nas tarifas de energia ao consumidor. O resultado da consulta pública culminou com a publicação da Portaria nº 709 GM/MME/2022, estabelecendo os montantes de garantia física de energia a partir de 1º de janeiro de 2023.

e) Lei Complementar nº194/2022

Em 23 de junho de 2022 foi publicado a Lei Complementar nº 194/2022, definindo o teto para a alíquota de ICMS sobre os setores de combustíveis, gás, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. O presente fundamento legal define como limite a incidência do ICMS em 18%, por classificar os serviços como essenciais. Salienta-se que na sanção presidencial, está previsto a não incidência do ICMS sobre os serviços de transmissão e distribuição e seus respectivos encargos, o que está sendo discutido pelo Supremo Federal - STF.

f) Lei Eletrobras e desestatização

Em 14 de junho de 2022, a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras teve liquidada a venda de suas ações, sendo desestatizada após a assinatura de 22 (vinte e dois) novos contratos prorrogados de concessão com a ANEEL, que estão enquadrados no regime de exploração de Produção Independente de Energia Elétrica. A Eletrobras efetuou o pagamento à União no valor de R\$ 26,6 bilhões previsto na Lei específica que autorizou a sua privatização (Lei Eletrobras) como condição para a sua desestatização.

O outro benefício econômico corresponde ao aporte de capital equivalente a R\$ 71 bilhões que serão utilizados para diminuir o impacto dos reajustes tarifários das distribuidoras de energia elétrica entre 2022 a 2047. A lei da Eletrobras prevê o rateio dos valores aportados, a serem distribuídos proporcionalmente aos montantes descontratados, em virtude da alteração do regime de contratação da energia vinculada às UHE da Eletrobras, em que 14 (quatorze) usinas passaram do regime de cotas para produção independente de energia elétrica. Salienta-se que a desestatização será de forma gradual, com início em 2023, com a exclusão de 20% do total de garantia física das usinas enquadradas no regime de cotas, e a integral liberação para comercialização de energia em 2027, com vistas a suavizar os efeitos da retirada do preço praticado de cotas face ao preço de mercado que passará a ser praticado pelas usinas hidrelétricas da Eletrobras.

g) Leilões de Transmissão nº 001/2022 e nº 002/2022

Em 30 de junho de 2022, foi realizado o Leilão de Transmissão nº 1/2022 com 13 lotes licitados, referentes a 5.425 km de linha de transmissão e 6.180 MVA em

capacidade de transformação, e deságio médio de 46,16% em relação a Receitas Anuais Permitidas (RAP). O certame atraiu investimentos na ordem de R\$ 15,3 bilhões e estima-se gerar 31.697 empregos diretos.

Em 19 de dezembro de 2022 ocorreu o Leilão de Transmissão nº 2/2022, com 6 lotes licitados relativos a 710 km de linhas de transmissão, e 3.650 MVA em capacidade de transformação, com investimento estimado em R\$ 3,51 bilhões. O deságio médio foi da ordem de 38,19% em relação à RAP.

Destaca-se que a CELGPAR se inscreveu para concorrer ao lote 04 do Leilão 2/2022, composto pela SE 345/138 kV Porto do Açu – (6 + 1R) x 50 MVA e LT 345 KV Campos – UTUE GNA – C1 e C2, em que ofertou RAP com deságio de 39,26% sobre a RAP prevista de R\$ 37,25 milhões, registrando o 4º melhor lance. O referido empreendimento foi arrematado pela UTE Norte Fluminense S.A, com um lance de 50,73% de deságio, ou seja, ofertou RAP da ordem de R\$ 18,35 milhões.

h) Leilão de Margem de Escoamento para Acesso ao Sistema Interligado Nacional

Em 22 de dezembro de 2022, o Ministério de Minas e Energia divulgou para participação pública a proposta de sistematização para realização do leilão de margem de escoamento para acesso ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”). A proposta estabelece que o Procedimento Competitivo por Margem será composto de leilões de barramentos em etapa única, contínua e de valores crescentes, devendo os compradores sinalizarem sua permanência no leilão aos preços informados, sendo que os diferentes produtos serão ofertados sequencialmente em ordem crescentes de seus respectivos anos.

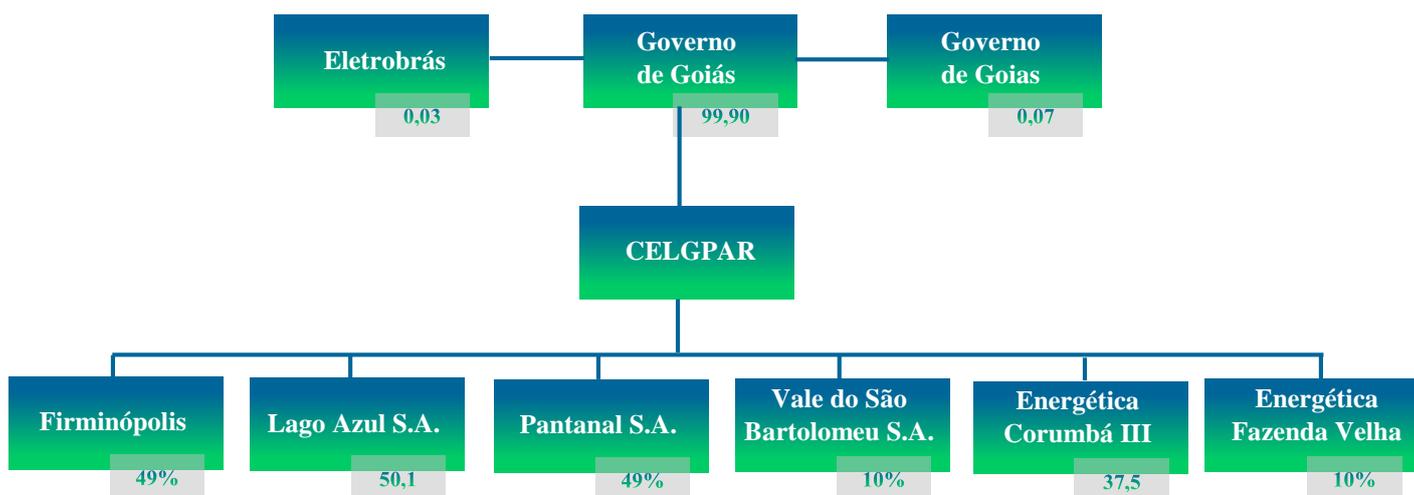
Além disso, a proposta vislumbra que anteriormente ao início da oferta de cada um dos produtos, ocorra uma etapa prévia permitindo que cada comprador escolha e indique no sistema o seu barramento preferencial para o produto específico. Nesta fase, serão concedidas as informações sobre a margem de escoamento remanescente de cada barramento habilitado, estabelecidas por subsistemas do SIN. Destaca-se que os leilões para os barramentos serão realizados simultaneamente e os preços serão expressos em R\$/kW, e que os eventuais adiantamentos serão revertidos em abatimentos nos encargos de transmissão dos vencedores.

2. PERFIL SOCIETÁRIO E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A CELGPAR atua no segmento de geração e transmissão de energia elétrica por meio de contratos de concessão e por meio de suas participações acionárias em investidas.

Assim sendo, o organograma societário da CELGPAR, ao final do exercício social de 2022, configura-se da seguinte forma em relação às suas participações em operação:

a) Organograma societário em 31.12.2022



Conforme pode ser observado, a CELGPAR possui participação em duas Sociedades na área de Geração (Energética Corumbá III e Energética Fazenda Velha), além de participar de projetos de geração a partir de fonte hidrelétrica (discriminados no item 2.1.1). Participa, ainda, de quatro sociedades de propósito específico – SPE já constituídas no segmento de Transmissão (Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A., Pantanal Transmissão S.A., Lago Azul Transmissão S.A. e Firminópolis Transmissão S.A.).

Destaca-se que em 06 de dezembro de 2022 a CELGPAR firmou um Contrato de Compra e Venda para aquisição de Firminópolis Transmissão S.A., cuja eficácia está condicionada à anuência da transferência de controle societário por parte da Agência Reguladora, ANEEL, nos termos do Resolução Normativa nº 948/2021, e também à anuência da Secretaria de Estado da Administração – SEAD e Banco do Brasil S.A. (*covenants*).

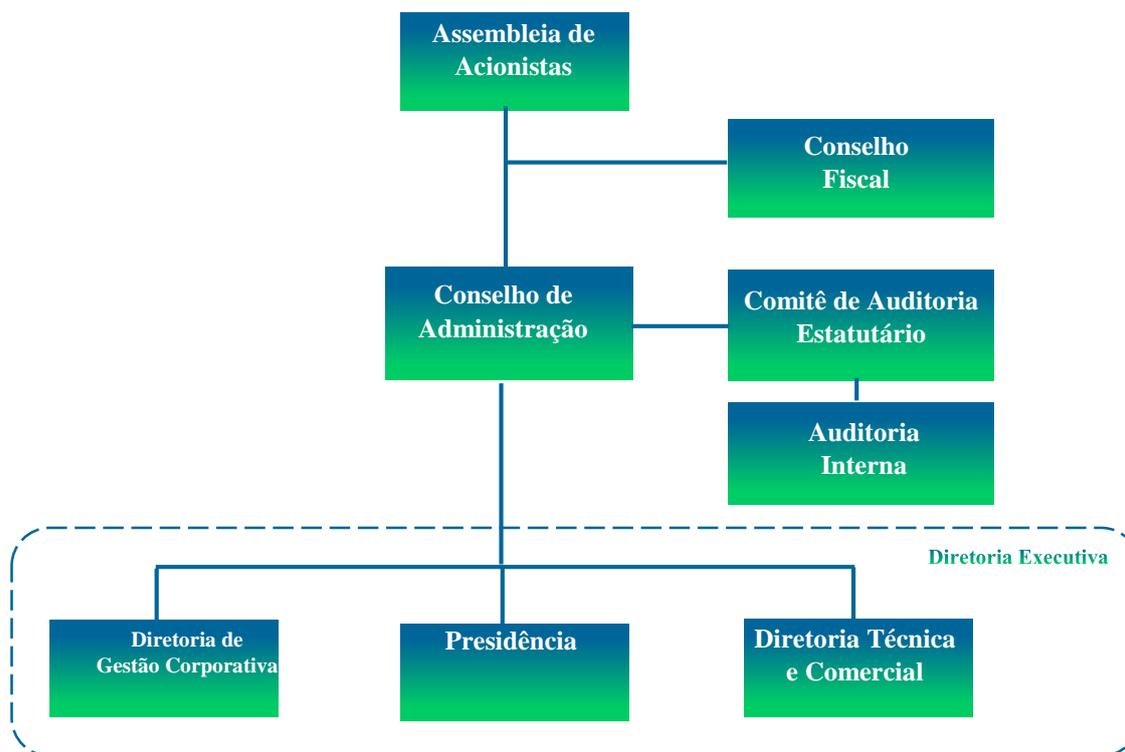
Além disso, a CELGPAR participa de uma SPE no segmento de Geração Fotovoltaica (planta de 5MW) em fase pré-operacional denominada Planalto Solar Park S.A. Adicionalmente a CELGPAR, no exercício social de 2022, iniciou a ampliação do

seu parque de geração para a o segmento de Usinas Fotovoltaicas (“UFV”), com a execução de estudos, projetos e as seguintes obras para implantação destas no Estado de Goiás, conforme indicado na Tabela 2:

Tabela 2 – Características Técnicas das UFV

Usina Fotovoltaica	Anápolis	Cachoeira Dourada	Goiânia
Área	10 hectares	12 hectares	7,30 hectares
Potência Instalada	6.485,5 kWp	6.485,5 kWp	6.560 kWp
Potência em Inversor	5.000,0 kW	5.000,0 kW	5.000,0 kW
Tensão de conexão na rede	13,8 kV	13,8 kV	13,8 kV
Fixação	Com <i>Tracker</i>	Com <i>Tracker</i>	Com <i>Tracker/Fixa/Carport</i>
Previsão de Energização	23/12/2023	10/11/2023	29/11/2023

Em relação à estrutura de governança corporativa, a Companhia mantém-se estruturada em consonância à Lei nº 13.303/2016, com Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Elegibilidade. A Diretoria Executiva da empresa é constituída pela Presidência, Diretoria de Gestão Corporativa e Diretoria Técnico e Comercial, conforme organograma abaixo:



As políticas e práticas de governança corporativa da CELGPAR são pautadas na transparência de gestão, relação de respeito e reciprocidade com todos os seus

stakeholders, equidade e prestação de contas clara e objetiva de sua atuação junto às instâncias fiscalizadoras que a Companhia está submetida.

O aprimoramento da governança corporativa está assegurado por práticas e instrumentos que estão definidas no Estatuto Social e no Código de Ética e Normas de Conduta da Companhia.

3. ATIVOS E INVESTIMENTOS

Em termos de ativos próprios a CELGPAR detém a concessão da Usina de Rochedo até 04 de janeiro de 2046, conforme Contrato de Concessão nº. 002/2016. Além disso, a empresa opera a Usina de São Domingos, em atendimento à Portaria nº. 352/2013, emitida pelo Ministério das Minas e Energia - MME.

Ainda no segmento de geração detém participação acionária na UHE Corumbá III e PCH Fazenda Velha. Vide informações gerais sobre os ativos de geração de Propriedade Integral e em SPE na Tabela 3:

Tabela 3 –Parque Gerador – Características Físicas

Usina/PCH	Instrumento/ Concessão	Potência Instalada	Garantia Física	Início Operação Comercial	Vencimento	Participação CELGPAR	Energia Vendida /Cota
Rochedo*	Contrato 02/2016	4 MW	3 MW	abr/56	jan/46	100%	Cota
São Domingos	Portaria 352/2013 - MME	12 MW	7,2 MW	jun/90	-	100%	Cota
UHE Corumbá	Contrato 126/2001	94,6 MW	50,9 MW	out/09	nov/36	15%	Energia Vendida
Fazenda Velha	Portaria 265/2014 - MME	16,5 MW	8,9 MW	mar/16	jun/49	20%	Energia Vendida

Obs.:*Conforme Contrato de Concessão 70% na garantia física submete-se ao regime de cotas de garantia física e 30% comercializada conforme interesses da Companhia.

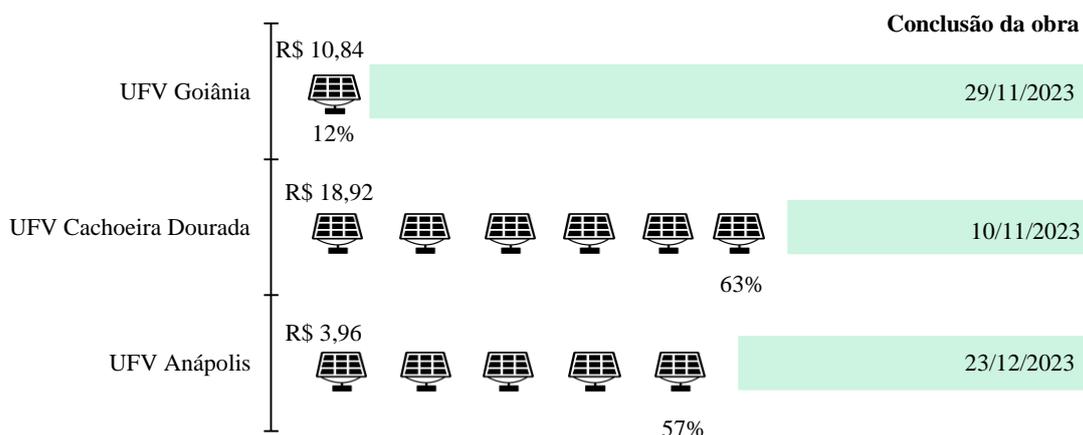
Destaca-se que está em estudo, no âmbito da ANEEL, a expansão da Usina Rochedo em mais 9 MW. Além disto, a CELGPAR possui outros projetos em estudo, como o Consórcio Médio Rio Claro, o Consórcio Rio Claro, o Consórcio Meia Ponte e o Consórcio Rio Mosquito, com previsão de capacidade instalada na ordem de 341,9 MW, sendo a participação média da Companhia de 25,4%, totalizando 86,71 MW.

a) Geração fotovoltaica

Além da geração hídrica, no exercício de 2022, a CELGPAR iniciou a implantação de 03 usinas fotovoltaicas (UFV) em Cachoeira Dourada, Anápolis e Goiânia, cuja capacidade instalada perfaz o coeficiente de 19,5 MW pico enquadradas

como Geração Distribuída, de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL n° 482/2012 e demais revisões, com a finalidade de atender a compensação de energia por parte do Estado de Goiás. Os investimentos realizados na construção das 03 UFV perfizeram o montante de R\$ 33,74 milhões. O Gráfico 4 apresenta a evolução física dos empreendimentos até 31 de janeiro de 2023:

Gráfico 4 - Desempenho Físico-Financeiro das Usinas Fotovoltaicas (em R\$ Milhões e %)



b) Ativos de Transmissão

A CELGPAR conta com quatro empreendimentos de transmissão em seu portfólio, cujas instalações perfazem o total de 313,5 km de comprimento de rede e 04 Subestações (1 - Pantanal Transmissão S.A. e 3 - Vale de São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A) como segue detalhado na Tabela 4:

Tabela 4 – Características Técnicas dos Ativos de Transmissão

Empreendimento	Contrato Concessão	Potência (MVA)	Extensão (Km)	Operação Comercial	Vencimento	Part	RAP Ciclo (R\$mil)
Firminópolis Transmissão ^(a)	008/2016		83	01/03/2019	06/04/2046	49% ^(a)	9.793
Lago Azul Transmissão	003/2014		69	08/06/2016	13/05/2044	50,1%	5.257
Vale do São Bartolomeu Transmissora	014/2013	1.080	161,5	06/05/2016	08/10/2043	10%	47.246
<i>LT – Luziânia – Brasília Leste</i>			134	18/02/2018	08/10/2043		
<i>LT – Samambaia – BSB Sul</i>			14	06/05/2016	08/10/2043		
<i>LT – BSB Sul – BSB Geral</i>			13,5	24/04/2017	08/10/2043		
Pantanal Transmissão ^(b)	018/2013	150	13	07/06/2016	08/10/2043	49%	11.374

(a) A CELGPAR está adquirindo integralmente o ativo de transmissão.

(b) O Contrato de Concessão n° 018/2013-ANEEL, Pantanal Transmissão S.A, contemplava a construção da LT 230 kV Imbirussu-Chapadão e transferência sem ônus a Concessionária Brilhante Transmissora de Energia LTDA. Assim, a mesma não foi computada no somatório total das características físicas.

4. DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Até 30/06/2009 a CELGPAR manteve as suas atividades operacionais mediante a utilização dos recursos disponibilizados pela sua anterior subsidiária integral, através do Contrato de Mútuo número DAF-AJU 002/2007, firmado em 26 de setembro de 2007 e renovado pelo 1º Termo Aditivo de 27 de junho de 2008, com vigência até 30 de julho de 2009, ocorrendo a quitação desta obrigação com a anterior subsidiária integral no ano de 2011.

A partir de 30/06/2009 até 31/12/2017, por intermédio do acionista controlador, ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, totalizando R\$1.252.877, cujas principais mutações encontram-se abaixo evidenciadas:

- a) R\$16.585 em datas distintas desde 30/06/2009, distribuídas no quadro abaixo, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Controladora. Do total de adiantamentos, R\$470 ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa da CELGPAR neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- b) R\$100.000, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel), objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a CELGPAR, o Estado de Goiás e a Eletrobrás;
- c) R\$1.270.111, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel), objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a CELGPAR, o Estado de Goiás e a Eletrobrás;
- d) R\$35.720, em 30 de setembro de 2014, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel);
- e) Do montante adiantado pelo Estado de Goiás como AFAC na CELGPAR, R\$ 169.539 foram repassados ao acionista majoritário no exercício social de 2017, como forma de quitação parcial da assunção de dívida efetuada por este com a Caixa Econômica Federal, a favor da CELGPAR. Apesar deste repasse, o Estado de Goiás, por meio do Ofício nº 646, de 1º de novembro de 2017, de emissão da Secretaria da Fazenda, ratificou a decisão de promover a capitalização dos créditos remanescentes destes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, mediante o cumprimento das formalidades legais/societárias de processo de chamamento para aumento de capital. Observa-se que este processo foi iniciado com a fixação das condições deste

aumento de capital por meio de subscrição particular de ações, determinadas na 49ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, ocorrida em 03 de dezembro de 2019, tendo ocorrido a homologação do aumento do Capital Social da CELGPAR na 50ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 03 de abril de 2020. Desta forma, após este processo de aumento de capital, restou consignado apenas R\$1 destes AFAC, decorrente do exercício de direito de preferência de alguns acionistas minoritários que resultou neste valor residual ao Estado de Goiás.

A posição econômico-financeira da CELGPAR foi impactada em 2022 de forma relevante pela alienação da subsidiária Celg Transmissão S.A – Celg T, através do Leilão nº 001/2021-CELGPAR, ocorrido na sede da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, em 14 de outubro de 2021.

O resultado do leilão culminou com o arremate da Transmissora pela Pequena Central Hidrelétrica SL S.A, pertencente ao grupo econômico EDP, por R\$ 1.977.000.000,00, com ágio de 80,1% acima do valor definido para o certame licitatório e que perfaz o valor corrigido de R\$ 2.113.825.061,08, tendo ocorrido em 07 de fevereiro de 2022 a liquidação financeira da operação de venda do ativo de transmissão.

Destaca-se ainda no exercício de 2022, que a CELGPAR efetuou o pagamento de dividendos, por meio de levantamento de um Balanço Intermediário na data-base de 31 de março de 2022, para os seus acionistas na ordem de R\$ 1.180.824.686,68, sendo R\$ 1.179.645.370,74 ao acionista Estado de Goiás e R\$ 1.179.315,94 aos demais acionistas. Além disso, a ANEEL, mediante Despacho nº 2.184/2022, anuiu previamente ao requerimento de redução do seu capital social. Assim, a Companhia efetuou a operação de redução de capital na ordem de R\$ 550.025.644,00 que, somada à operação de pagamento de dividendos intermediários, serviu para restituir aos acionistas da Companhia o resultado líquido de impostos da operação de desestatização da transmissora.

Uma vez expostos os fatos relevantes que repercutiram nos aspectos patrimonial e econômico da Companhia, na Tabela 5 são apresentadas os principais resultados dos indicadores mensurados nos exercícios de 2022 e 2021:

Tabela 5 – Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais - CELGPAR

Indicadores	31/12/2021	31/12/2022
PMSO (Pessoal/Material/Serviço de Terceiros e Outros) - R\$ mil	11.511	34.597
Resultado do Serviço - EBIT - R\$ mil	(6.737)	(27.222)
EBITDA - R\$ mil	(6.606)	(26.722)
Lucro Líquido - R\$ mil	169.819	786.087

Indicadores	31/12/2021	31/12/2022
Liquidez Seca	1,54552	34,99863
Liquidez Corrente	1,54606	34,99973
Ativo Total - R\$ mil	1.670.638	730.085
Passivo Circulante e Não Circulante - R\$ mil	108.629	112.527
Patrimônio Líquido - R\$ mil	1.562.009	617.558

Fonte: DGC-CONT – CONTADORIA.

Conforme dados e indicadores econômico-financeiros individuais, ocorreu no exercício social de 2022 o acréscimo da estrutura dos indicadores de liquidez. Isto se deve à significativa variação principalmente no Ativo Circulante, em função da disponibilidade de caixa e equivalente de caixa do exercício de 2022 recebidos em razão da alienação da Celg Transmissão S.A. – Celg T, ao tempo em que se registrou a redução no passivo circulante.

Verificou-se o crescimento dos custos operacionais (PMSO - pessoal, materiais, serviços de terceiros e outros) em 2022, comparado à 2021, em função do processo de cisão parcial da transmissora desestatizada, quando então a CELGPAR passou a assumir as atividades operacionais no segmento de geração, além da sua tradicional atuação como holding.

Neste viés, também se registrou aumentos negativos nas variações de EBIT e EBITDA, os quais devem ser revertidos com os novos investimentos, e também na ampliação das atividades de geração que deverão ser agregadas nos próximos anos, dentre elas os rendimentos decorrentes da implantação das três usinas fotovoltaicas iniciadas em 2022.

Dentre os principais indicadores, destaca-se o crescimento do Lucro Líquido de R\$ 169,82 milhões para R\$ 786,09 milhões, impactado principalmente pelo ganho de capital na alienação da CELG T e resultado financeiro.

4.1. VARIAÇÃO DOS RESULTADOS

Em termos operacionais destaca-se que a receita operacional bruta da CELGPAR, no ano de 2022, foi de R\$ 12.798 mil, registrando crescimento de 132% em relação ao exercício social de 2021 (R\$ 5.509 mil), decorrente tanto do cômputo integral do ano de 2022 das receitas de geração, quanto do aumento da Receita Anual de Geração – RAG em 11,89%. Já em termos de custos e despesas operacionais registrou-se um aumento de R\$ 11.511 mil para R\$ 34.597 mil, em função da reestruturação operacional da Companhia.

Destaca-se em Outros Resultados Operacionais o ganho de capital de R\$ 996.727 mil decorrente do valor de realização da CELG T frente ao valor contábil registrado. Ademais, registrou-se R\$ 134.554 mil em Resultado Financeiro impactado pelas aplicações financeiras dos recursos disponíveis em 2022.

4.2. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No primeiro trimestre de 2022 a Companhia levantou um Balanço Patrimonial Intermediário e, após aprovação nas instâncias de governança, efetivou a distribuição de dividendos do montante de R\$ 1.180.825 mil, utilizando também o saldo da conta de Reserva de Lucros.

O Patrimônio Líquido da CELGPAR, em 31 de dezembro de 2021, totalizou em R\$ 1.562.009 mil e, após a Redução de Capital no montante de R\$550.025 mil a distribuição de dividendos intermediárias mencionada, encerrou o ano com Capital Social de R\$ 617.558 mil.

5. MERCADO ACIONÁRIO

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/Nº. 012/2008, de 14.03.2008, concedeu à CELGPAR o registro como companhia aberta, sob o código 2139-3, para negociação de valores mobiliários de sua emissão no mercado acionário.

Esses valores mobiliários, representados por ações ordinárias, são negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código GPAR3.

O capital social realizado da CELGPAR é de R\$ 522.568.747,07 (quinhentos e vinte e dois milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e sete reais,

e sete centavos), representado por 77.928.432 (setenta e sete milhões, novecentas e vinte e oito mil, quatrocentas e trinta e duas) ações ordinárias.

As ações ordinárias, componentes do capital social da CELGPAR, são escriturais, sem valor nominal, e encontram-se distribuídas conforme Tabela 6:

Tabela 6 – Resumo da Posição Acionária em 31.12.2022

Acionista	Ação Ordinária	
	Quantidade	%
GOIÁS - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS	77.850.603	99,9001
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.	22.967	0,0295
OUTROS	54.862	0,0704
SOMA	77.928.432	100,0000

Em 2022, foram realizadas um total de 768 (setecentas e sessenta e oito) negociações de ações ordinárias da CELGPAR na B3, nas modalidades Lote-Padrão, Mercado a Termo, e Mercado Fracionário, e, ainda, Direitos e Recibos, relacionadas às ações Ordinárias de emissão da CELGPAR, na B³ S.A., Brasil, Bolsa, Balcão, perfazendo uma movimentação de R\$ 664.529,13 (seiscentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e vinte e nove reais, e treze centavos).

6. AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instrução CVM nº. 381, de 14.01.2003, a CELGPAR informa que a empresa de auditoria externa Convicta Auditores Independentes S/S não prestou serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras.

7. AGRADECIMENTOS

A Administração da CELGPAR é grata ao Governo de Goiás, nosso acionista majoritário, na pessoa do seu governador Ronaldo Ramos Caiado, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia e suas investidas, aos acionistas e demais investidores, e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

Goiânia, 27 de março de 2023.

A Administração.